

Panorama dos Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil

Overview of Environmental Education Research Groups in Brazil

Panorama de los grupos de investigación en educación ambiental en Brasil

Vanessa Souto Silvestre¹
Alexandre Shigunov Neto²

Resumo: Esta pesquisa pretendeu apresentar o mapeamento dos grupos de pesquisa em Educação Ambiental constantes no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Metodologicamente o trabalho se constituiu numa pesquisa do tipo estado da arte e o *corpus* de análise foram 283 grupos de pesquisa em Educação Ambiental. Os resultados apontam que os primeiros grupos foram formados no ano de 1982, na Universidade Federal do Rio Grande e Universidade Federal de Rondônia, respectivamente. O Nordeste a região que concentra o maior número de grupos formados e a área de Educação onde há maior quantidade de grupos de pesquisa.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Grupos de pesquisa. Estado da Arte. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Abstract: This research intended to present the mapping of the research groups in Environmental Education contained in the Directory of the Group of Research Groups in Brazil of the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq). Methodologically, the work was a state-of-the-art research and the corpus of analysis was 283 research groups in Environmental Education. The results indicate that the first groups were formed in 1982, at the Federal University of Rio Grande do Sul and the Federal University of Rondônia, respectively. The Northeast region has the largest number of groups formed, and Education is the area with the largest number of research groups.

Keywords: Environmental Education. Research groups. State of the Art. National Council for Scientific and Technological Development

¹ Estudante de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP). Doutoranda em Educação pela UFSCar-Sorocaba. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1646-9033>. E-mail: vanessa_silvestrel@hotmail.com.

² Doutor em Educação. Coordenador de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do IFSP *Campus* Itapetininga, IFSP. Grupo de Pesquisas Formação de Professores para o Ensino Básico, Técnico, Tecnológico e Superior (FoPeTec), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0633-5237>. E-mail: shigunov@ifsp.edu.br.

Resumen: Esta investigación tuvo como objetivo presentar un mapeo de los grupos de investigación en Educación Ambiental registrados en el Directorio de Grupos de Investigación en Brasil del Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq). Metodológicamente, el trabajo constituyó un estudio de vanguardia, y el corpus de análisis consistió en 283 grupos de investigación en Educación Ambiental. Los resultados indican que los primeros grupos se formaron en 1982, en la Universidad Federal de Rio Grande do Sul y la Universidad Federal de Rondônia, respectivamente. La región Nordeste concentra el mayor número de grupos formados, y Educación es el área con mayor número de grupos de investigación.

Palabras-clave: Educación Ambiental. Grupos de investigación. Estado del Arte. Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico.

Submetido 04/05/2025

Aceito 14/07/2025

Publicado 21/07/2025

Considerações iniciais

Esta pesquisa pretende apresentar o mapeamento dos grupos de pesquisa em Educação Ambiental constantes no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A partir da literatura nacional sobre o assunto e da busca no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq apresentamos um breve histórico dos grupos de pesquisa no Brasil da área de educação ambiental, destacamos a relevância dos grupos para a divulgação científica e o crescimento da produção acadêmica da área de Educação Ambiental no Brasil.

No site do DGP/CNPq há um item denominado de FAQ e uma das questões disponíveis é: O que é um grupo de pesquisa? Como saber se as atividades desenvolvidas por um conjunto de pesquisadores constituem um grupo de pesquisa?

O CNPq define grupo de pesquisa como um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente em torno de uma ou, eventualmente, duas lideranças, cujo fundamento organizador dessa hierarquia é a experiência, o destaque e a liderança no terreno científico ou tecnológico. Nele, existe envolvimento profissional e permanente com a atividade de pesquisa, cujo trabalho se organiza ao redor de linhas comuns de pesquisa e, em algum grau, se compartilham instalações e equipamentos. O conceito de grupo admite aquele composto de apenas um pesquisador e seus estudantes. (CNPq, 2017)

Pela definição, é possível constatar que as atividades desenvolvidas por um conjunto de pesquisadores não necessariamente correspondem às atividades de um Grupo de Pesquisa.

A professora Marli André apresentou em 2007 alguns questionamentos sobre a definição do CNPq sobre os Grupos de Pesquisa, para ela é preciso superar a norma burocrática da constituição de um Grupo de Pesquisa. Um grupo de pesquisa deve ser uma experiência formadora entre pesquisadores, de modo a colaborar com a consolidação de linhas de pesquisa, com a qualidade das pesquisas e o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação.

O que estamos propondo aqui é que se vá além da norma burocrática e se procure fazer do grupo de pesquisa uma verdadeira experiência formadora, colaborando com a consolidação de linhas de pesquisa, com a qualidade dos

trabalhos científicos e com o fortalecimento dos Programas de pós-graduação da área de educação (André, 2007, p.136)

André (2007) afirma que em função da constituição do Grupo de Pesquisa e de seus membros essa forma hierárquica não faz muito sentido.

O que me parece discutível nessa definição da Plataforma Lattes é a proposta de que o grupo se organize de forma hierárquica, ou seja, sob uma liderança (eventualmente duas). Num grupo maduro, com vários participantes seniors, será necessário manter essa organização? O modelo que orienta essa proposta parece ser o do grupo composto pelo orientador e seus orientandos, formato muito comum em certas áreas do conhecimento, mas não necessariamente em todas. De qualquer maneira, a criação do Diretório de Grupos de Pesquisa parece ter tido o grande mérito de induzir a organização e institucionalização dos grupos de pesquisa, uma iniciativa muito positiva, se não se transformar em mera formalidade, ou em mais uma normatização. (André, 2007, p.136)

As pesquisas realizadas ultimamente têm destacado o papel importante dos Grupos de Pesquisa para a formação de pessoal qualificado e o fortalecimento da Pós-Graduação.

O objetivo dos grupos é fortalecer a pesquisa e o processo de formação de futuros pesquisadores, por meio de atividades sistemáticas. De modo geral, os grupos de pesquisa estão ligados a programas de pós-graduação e são formados pelo orientador, por outros pesquisadores e pelo seu grupo de orientandos. Os grupos de pesquisa assumem um papel importante no processo de formação de pesquisadores. (Mainardes, 2022, p.8)

Concordamos com as pesquisas nacionais que têm destacado o papel desempenhado e a importância dos grupos de pesquisa do Brasil para o desenvolvimento científico e a produção do conhecimento (André, 2007; Sanchez Gamboa, 2011; Biachetti, 2021; Gatti, 2005; Mainardes, 2021 e 2022; Robl; Meneguel, 2003; Pucci, 2011; Valentim, 2015; Vinha, 2015).

É importante destacar que os Grupos de Pesquisa assumem características distintas em cada área de conhecimento. Nas áreas de Saúde, Ciências Naturais, Engenharias, por exemplo, é comum a existência de um amplo projeto de pesquisa que envolve diversos pesquisadores e estudantes. Na área de Ciências Humanas e Sociais, embora existam projetos de pesquisa coletivos, há a predominância de pesquisas individuais. Nesse caso, o Grupo de Pesquisa funciona como um elemento agregador de pesquisadores que têm em comum determinados interesses de pesquisa e fundamentos teórico-metodológicos comuns (ou similares). (Mainardes, 2021, p. 3)

Para Mainardes (2022), Degn, Fransenn, Sorensen e Rijcke (2018) e Feldman, Divoll e Rogan-Klyve (2013) os Grupos de Pesquisa podem ser considerados como “comunidades de prática”.

O conceito de comunidades de prática (CP) surgiu na década de 1990 com os pesquisadores Jean Lave e Etienne Wenger que consideram que as comunidades de prática são formadas por um grupo de pessoas que aprendem continuamente, em que os mais novos aprendem com os mais velhos.

Logo, uma CP não é apenas uma reunião, um conjunto de pessoas que possuem afinidades pessoais e/ou profissionais. Tampouco pode ser confundida como sinônimo de grupo, time ou rede de pessoas. Há diferenças e peculiaridades que distinguem os grupos/equipes das CP. Nestas: I) não existe uma hierarquia formal; II) a legitimação dos participantes é informal; III) as pessoas compartilham os conhecimentos em função de afinidades profissionais e de áreas de estudo específicas; IV) o status do participante é regulado em função de seus conhecimentos. (Imbernón, Shigunov Neto e Silva, 2020, p.168)

Silva (2004) baseado na obra de Lave e Wenger apresenta a seguinte caracterização das comunidades de prática:

Como um grupo de pessoas que mistura relacionamentos e atividades, num determinado tempo e em relação tangencial e envolvimento com outras comunidades. Nessas comunidades, os novos membros aprendem com os mais velhos ao serem autorizados a participar de certas práticas da comunidade. Os autores afirmam que “veem as comunidades de prática como uma condição intrínseca para a existência do conhecimento”. Eles perceberam que a aprendizagem em tais comunidades não é simplesmente uma reprodução de conhecimentos, mas sim uma aprendizagem com a participação legítima dos seus membros. (Silva, 2004, p.72-73)

Importante destacar que as comunidades de prática são um grupo constituído para produzir conhecimento especializado a partir da comunicação e reflexão sobre as experiências práticas vivenciadas por seus participantes.

Ao destacar a importância dos Grupos de Pesquisa como *lócus* de pesquisa e formação de pesquisadores e também de divulgação do conhecimento produzido na academia justifica-se

analisar o processo histórico e de transformação dos Grupos de Pesquisa, de forma geral, e dos Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental.

Os Grupos de Pesquisas no Brasil: história e transformação

No Brasil, o surgimento e desenvolvimento dos Grupos de Pesquisa estão diretamente relacionados à legislação pertinente, às recomendações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a pós-graduação, da atuação do CNPq e da aplicação dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG). A partir de consultas no DGPB, observa-se que os grupos de pesquisa mais antigos declararam seu início (fundação) na segunda metade dos anos 1980. Atualmente, os grupos de pesquisa já estão totalmente incorporados à pós-graduação, bem como à atividade docente universitária em geral.

Foi na década de 1980 que os Grupos de Pesquisa no Brasil começaram a adquirir relevância no meio acadêmico, pois a CAPES publicou legislação que permitia que a pós-graduação se reunisse fora das áreas de concentração. Isso proporcionou a possibilidade dos pesquisadores se estruturarem em linhas ou grupos de pesquisa que já estavam em curso. (Robl; Meneguel, 2003; Sanchez Gamboa, 2011; Pucci, 2011; Vinha, 2015; Mainardes, 2021).

Com o objetivo de institucionalizar e consolidar o Sistema Nacional de Pós-Graduação no Brasil, foram implementados 5 planos, com a finalidade de direcionar a Política Nacional de Pós-Graduação, os quais tiveram início em meados da década de 1970; apesar de serem contínuos, tiveram períodos de interrupção, conforme demonstra a figura 1.

Figura 1 - Os Planos Nacionais de Pós-Graduação



Fonte: Shigunov Neto (2022)

Vinha (2015) destaca o papel que o I, II e IV Programa Nacional de Pós-Graduação (PNG) tiveram na consolidação dos grupos de pesquisa. No I PNPG apesar de não haver a referência a grupos de pesquisa, mas a núcleos de pesquisa, já direcionava suas diretrizes para a conformação de grupos, especialmente para aqueles que envolvessem docentes e que garantissem a promoção e o desenvolvimento. O II PNPG reconheceu a importância dos grupos de pesquisa para a pós-graduação brasileira ao identificá-lo como instrumento para o desenvolvimento científico. A ênfase do IV PNPG em relação aos grupos de pesquisa é o estímulo à criação de grupos de pesquisa em regiões fora do eixo Sul/Sudeste.

Mainardes (2021) ressalta o papel relevante da Resolução nº 5 de 10 de março de 1983 da CAPES que estabeleceu normas de funcionamento e credenciamento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e também recomendou que os PPGs se organizassem em linhas de pesquisa. O artigo 6º da resolução exigia para credenciamento de novos cursos a comprovação da experiência do grupo de pesquisa e de sua produção.

Mas a formalização e organização dos Grupos de Pesquisa, enquanto política pública de incentivo à produção acadêmica, só ocorre em 1992 quando o CNPq, entendendo a relevância dos grupos de pesquisa, criou o projeto denominado Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGPB) e oficializou a atividade no país. O DGP é uma fonte de informação sobre a pesquisa realizada no Brasil, sua base de dados contém diversos tipos de informações: dados sobre os pesquisadores constituintes dos grupos, linhas de pesquisa, especialidades do conhecimento, setores de atividade envolvidos, a produção científica, tecnológica e artística e às parcerias estabelecidas entre os grupos e as instituições, sobretudo com as empresas do setor produtivo. (Mainardes, 2021; Robl; Meneguel, 2003; Vinha, 2015).

O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil constitui-se no inventário dos grupos de pesquisa científica, tecnológica e inovadora em atividade no País. Assim, o exercício permanente de atividades de pesquisa e/ou inovação numa instituição é condição prévia para participação dela no DGP. Em outras palavras, o início de processo de criação ou implantação de atividades de pesquisa ou inovação em uma instituição não se inicia pela participação no Diretório.

O Diretório é formado por sua base corrente, cujas informações podem ser atualizadas continuamente pelos atores envolvidos. Além disso, são realizados Censos DGP, que são o colhimento de informações cadastradas na base corrente em momento determinado, com posterior atualização e divulgação de Súmulas Estatísticas e Séries Históricas. A partir de sua retomada, no ano de 2023, o Censo DGP terá frequência bianual. (CNPq, 2025a)

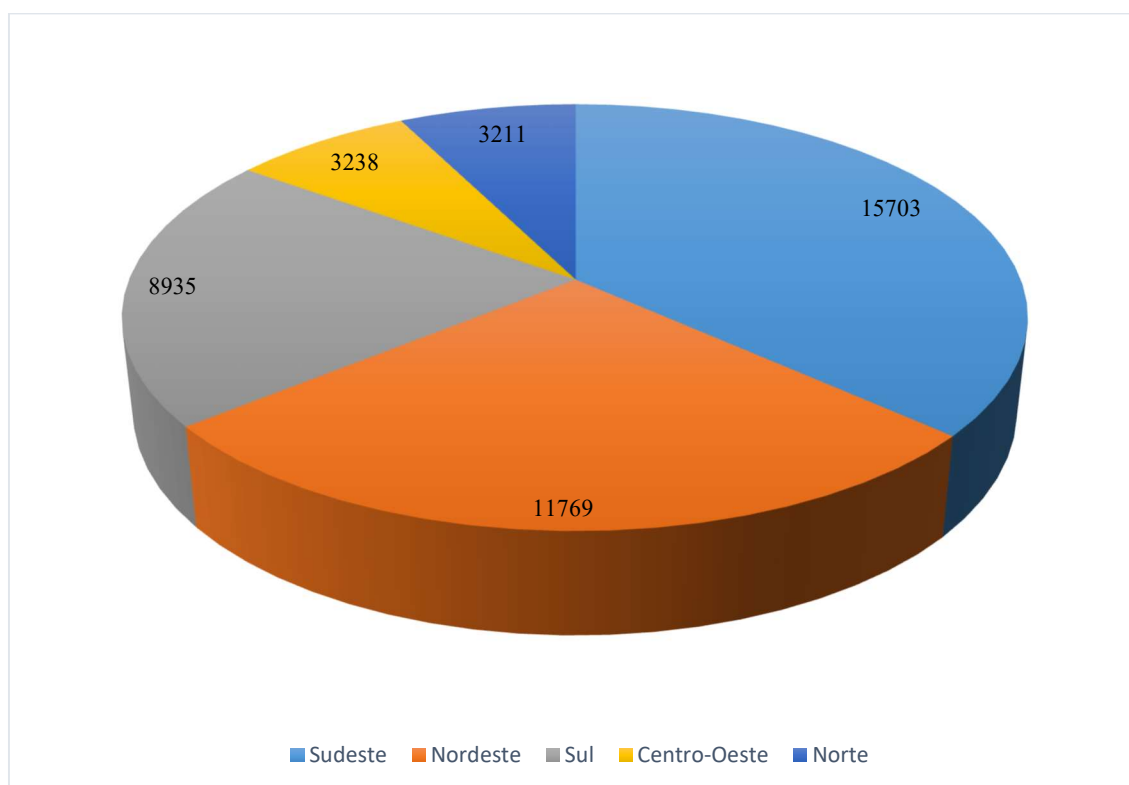
Vinha (2015) salienta que a constituição do Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil está fundamentado em três objetivos principais: 1) fonte de dados que disponibiliza informações sobre a atividade científica dos grupos de pesquisa; 2) instrumento digital e interativo que favorece múltiplos aprofundamentos analíticos sobre os grupos cadastrados, permitindo o planejamento, seja para a esfera acadêmica, institucional, empresarial ou político-administrativa; e, por último, 3) resguarda a memória e a história da pesquisa no país.

Nos dados do censo 2023 obtidos no Painel Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) existem 42.852 Grupos de Pesquisa cadastrados no Brasil e 156.386 linhas de pesquisa, do total, 10.184 grupos são da área de Ciências Humanas, 6.314 de Ciências da Saúde, seguida de 4.973 da área de Engenharias e Computação. Em relação às áreas específicas, a Educação possui 4.909 Grupos de Pesquisa cadastrados e ativos no DGP, seguida por Direito (1.981), Administração (1.615),

Medicina (1.375), Química (1362) e Agronomia (1.278). São 247.455 pesquisadores, dos quais 168.028 possuem Doutorado e 587 Instituições de Ensino Superior (IES) envolvidas.

Do total de Grupos de Pesquisa cadastrados, 9,6% são da área de educação, do conjunto de 199.566 pesquisadores, 26.011 pertenciam ao campo da educação (10,2%). Esses números destacam a área de educação como a maior em termos do número de grupos. Se considerarmos que os pesquisadores que atuam na área de Educação Ambiental são provenientes, principalmente, das áreas de Educação, Ensino e Biologia, essa pesquisa se torna relevante.

Gráfico 1 - Grupos de Pesquisa no Brasil por região

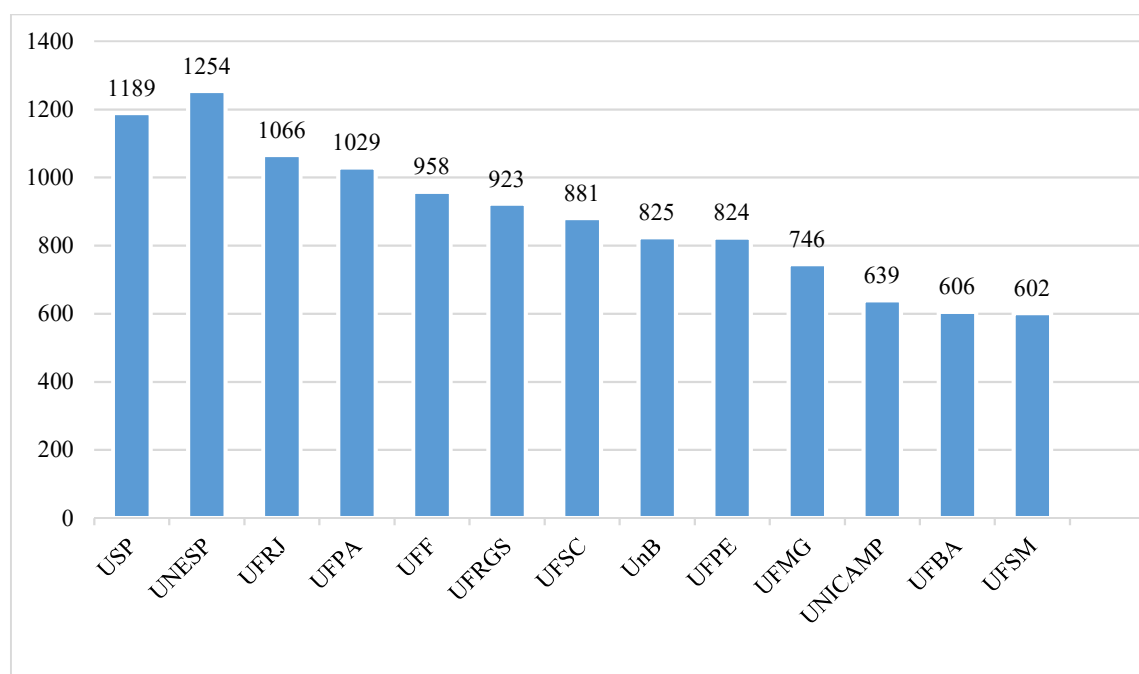


Fonte: Dados do censo 2023, obtidos pelo Painel DGP (2025)

No que diz respeito à região em que os Grupos de Pesquisa estão localizados, a região Sudeste possui 36,6% do total dos Grupos, seguido da região Nordeste (27,5%) e Sul (20,9%). Essa é uma informação importante, pois em diversas pesquisas da área de Educação em Ciências e Educação Ambiental indicam a concentração de Programas de Pós-Graduação, das pesquisas defendidas (dissertações e teses) e, conseqüentemente, da atuação dos pesquisadores concentrada nas regiões Sudeste e Sul. (Lemgruber, 1999; Nardi, 2007; Lorenzetti, 2008;

Teixeira, 2009; Rink e Megid Neto, 2011; Salem, 2012; Nardi e Gonçalves, 2014; Rink, 2014; Dias, 2015; Francisco; Alexandrino; Queiroz, 2015; Teixeira; Megid Neto, 2017; Campos, 2019; Silva, 2021 e Shigunov Neto, 2022). A região Nordeste sempre surge em terceiro lugar. Outro dado relevante é o fato das regiões Centro-Oeste (7,6%) e Norte (7,5%) terem praticamente a mesma quantidade de Grupos de Pesquisa, normalmente a região Centro-Oeste está mais próxima da região Nordeste.

Gráfico 2 - Grupos de Pesquisa no Brasil por Instituições



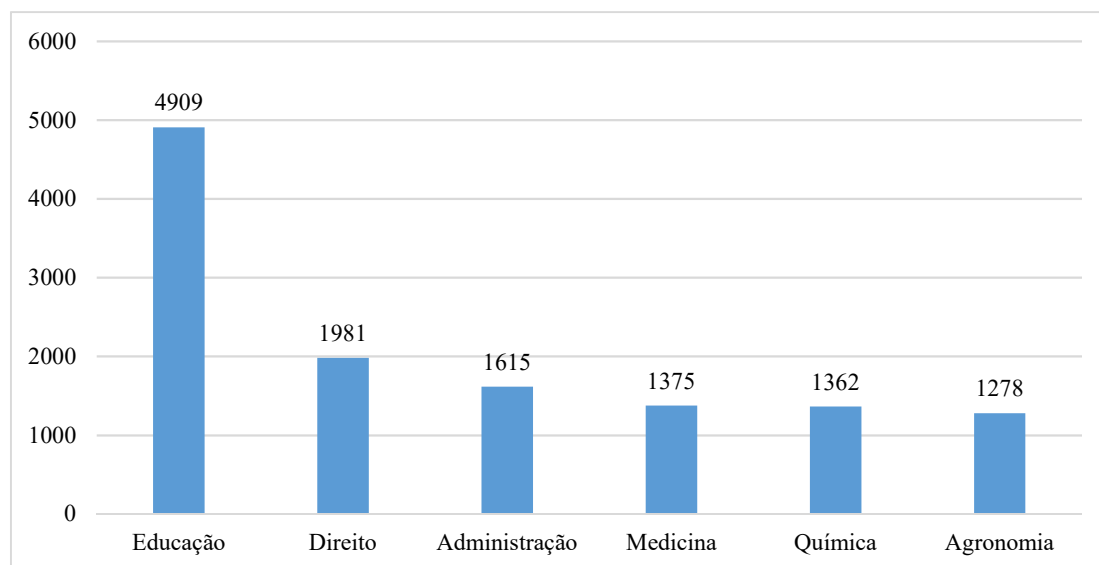
Fonte: Dados do censo 2023, obtidos pelo Painel DGP (2025)

A Universidade Estadual Paulista (UNESP) com 2,92%, como confirmado pelo gráfico 2, surge como a IES com maior quantidade de Grupos de Pesquisa no Brasil, seguido da Universidade de São Paulo (USP) com 2,78% e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com 2,49% do total.

Das 13 IES com maior quantidade de Grupos de Pesquisa, 10 são federais e 3 estaduais, sendo 9 no eixo Sudeste/Sul, 1 na região Norte, 2 na região Nordeste e 1 na região Centro-Oeste. Esse resultado demonstra a importância das IES públicas, tanto federais quanto estaduais para o desenvolvimento da pesquisa e da produção de conhecimento no Brasil. Os trabalhos de Slongo e Delizoicov (2006), Teixeira e Megid Neto (2006), Megid Neto (2007), Teixeira (2009), Silva (2014) e Shigunov Neto (2022), também encontraram as mesmas indicações da importância do papel das IES públicas para o desenvolvimento pós-graduação nacional.

O gráfico 3 apresenta os Grupos de Pesquisa cadastrados no DGP/CNPq por área de conhecimento e assinala que os Grupos de Pesquisa da área de Educação representam 11,5% do total, seguidos por Direito (4,6%) e Administração (3,8%).

Gráfico 3 - Grupos de Pesquisa no Brasil por Área de Conhecimento

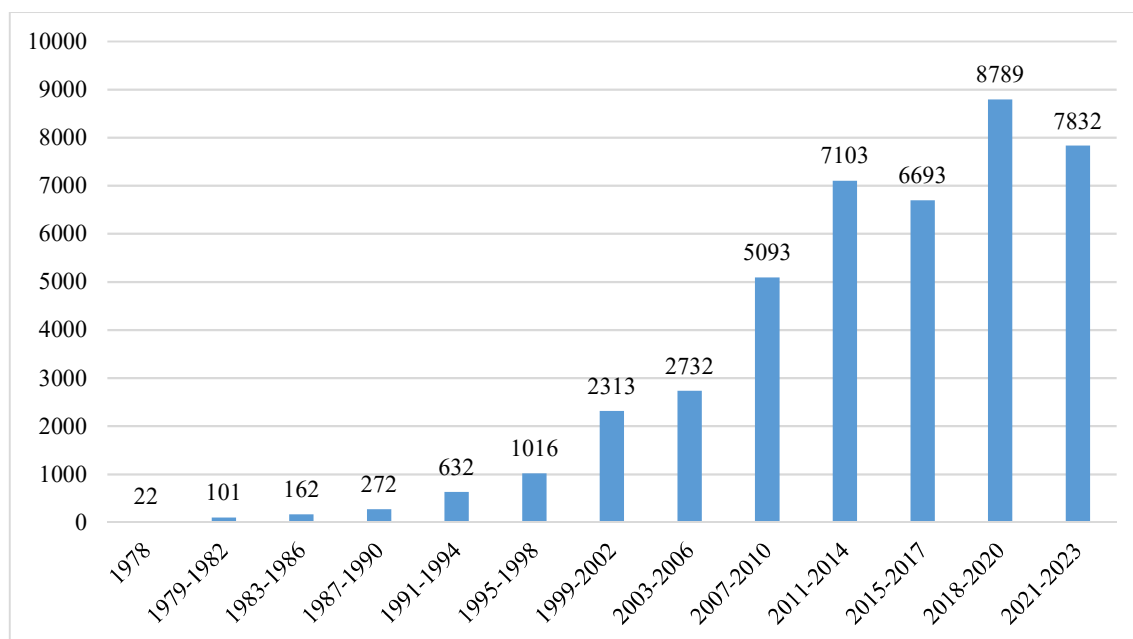


Fonte: Dados do censo 2023, obtidos pelo Painel DGP (2025)

Para exibição dos anos de formação do Grupos de Pesquisa no Brasil utilizamos a mesma metodologia da CAPES no processo avaliativo dos Programas de Pós-Graduação, avaliação quadrienal.

Segundos dados obtidos no DGP/CNPq os primeiros Grupos de Pesquisa surgiram em 1978. O aumento percentual entre o ano de 1978 e o quadriênio 1979-1982 foi de 359,09%, entre os quadriênios 1983-1986 e 1987-1990 houve um crescimento 67,9%, nos quadriênios 1987-1990 e 1991-1994 foi de 132,35%, nos quadriênios 1995-1998 e 1999-2002 foi de 127,66%, nos quadriênios 2003-2006 e 2007-2010 houve um crescimento de 86,42%. Esses dados e o crescimento ocorrido na criação dos Grupos de Pesquisa no Brasil corroboram com pesquisas sobre o processo de institucionalização do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e a consolidação da Pós-Graduação nacional. (Martins, 1991, 1999 e 2018; Megid Neto, 1999; Santos, 2000; Hostins, 2006; Shigunov Neto; Trevisol; Almeida, 2021; Shigunov Neto, 2022 e Shigunov Neto, 2025).

Gráfico 4 - Grupos de Pesquisa no Brasil por ano de formação



Fonte: Dados do censo 2023, obtidos pelo Painel DGP (2025)

Após essa breve contextualização da Pós-Graduação nacional e dos Grupos de Pesquisa cadastrados no DGP/CNPq, interessa-nos identificar e analisar os Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental constantes no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

Metodologia

Esta pesquisa pode ser definida como sendo do tipo “estado da arte”, caracterizadas como estudos de caráter bibliográfico e documental que visam mapear e discutir a produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento e em determinado espaço de tempo. (Severino, 1986; Ferreira, 2002; Cachapuz, 2003; Romanowski e Ens, 2006; Megid Neto, 1999; Salem, 2012; Megid Neto & Carvalho, 2018; Shigunov Neto, 2022; Shigunov Neto, 2024).

O “estado da arte” é fundamental pois elabora um panorama histórico de determinado assunto, mapeando as pesquisas realizadas no processo de constituição de uma área do conhecimento, indicando lacunas existentes e apontando estudos necessários para seu aprimoramento e desenvolvimento. Definidas como de caráter de revisão bibliográfica, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diversos campos do conhecimento, tentando identificar que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutoramento, publicações em periódicos e comunicações em atas de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por serem desenvolvidas com base numa metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que buscam investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais, em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa, portanto, a ser analisado (Shigunov Neto, 2022; Shigunov Neto, 2024).

Para Megid Neto e Carvalho (2018) os estudos denominados de pesquisas “estados da arte” são importantes por apresentarem como foco de análise um conjunto de investigações sobre determinada temática, sua interpretação e o delineamento de novos e possíveis trabalhos a serem realizados para o desenvolvimento da área ou temática.

os estudos denominados ‘pesquisas de estado da arte’ (do inglês state-of-the-art research ou state-of-art research) passam a ser imprescindíveis no sentido de se conhecer e avaliar o desenvolvimento histórico de um determinado campo do conhecimento humano. Tais pesquisas são também

denominadas “pesquisas do estado do conhecimento” ou “pesquisas de revisão bibliográfica”. (Megid Neto e Carvalho, 2018, p. 99-100)

Os dados relativos aos grupos de pesquisa foram extraídos do Diretório dos Grupos de Pesquisa vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)³.

Para atingir o objetivo proposto, formulamos as seguintes questões para orientar a metodologia do trabalho:

- ✓ Qual o número de grupos de pesquisa em Educação Ambiental constante no Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP)?
- ✓ Quais regiões do Brasil apresentam maior número de grupos de pesquisa em Educação Ambiental?
- ✓ Há instituições que apresentam mais de um grupo de pesquisa em Educação Ambiental?
- ✓ Qual a área predominante dos grupos de pesquisa em Educação Ambiental?

As pesquisas pelos grupos ocorreram no sistema de busca do próprio site do Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP) nas seguintes fases:

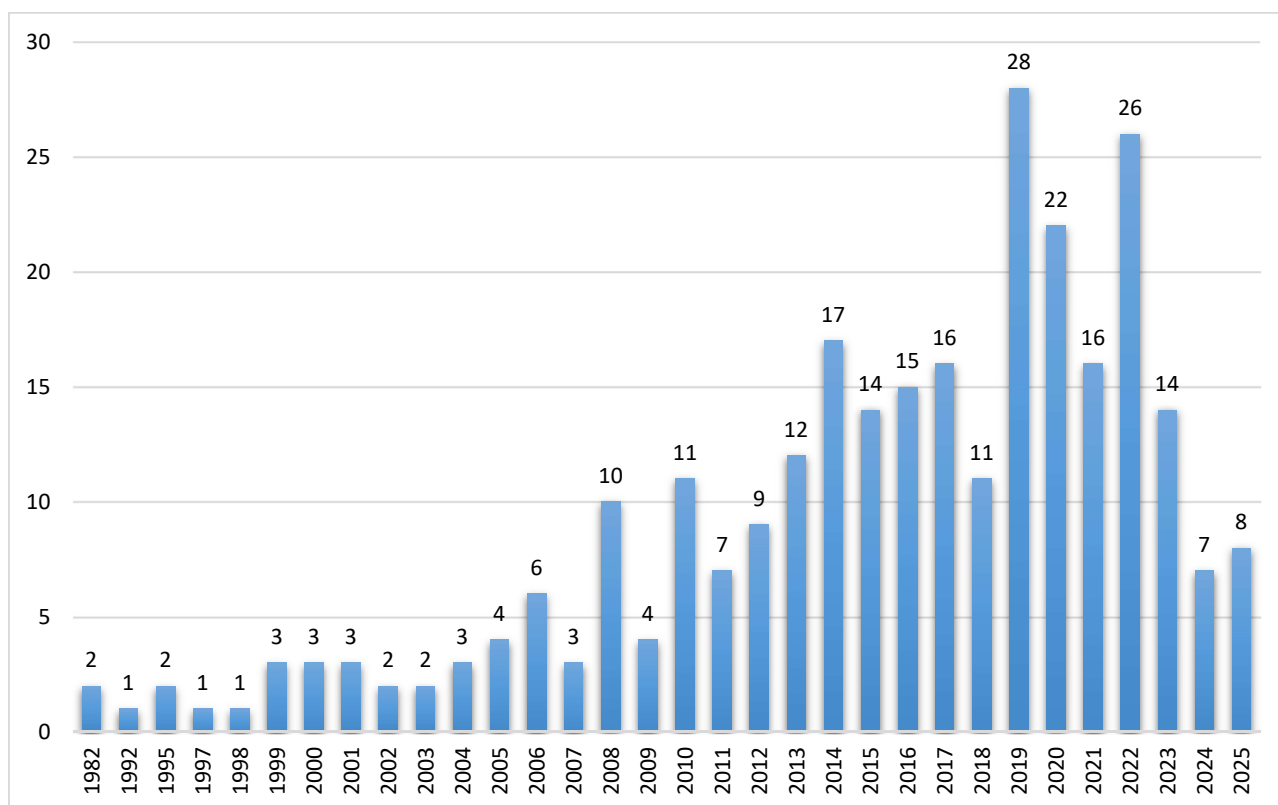
- 1) Consulta no Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP), base corrente, termo de busca Educação Ambiental, busca exata, consulta por grupo, aplicar a busca nos campos nome do grupo, situação certificado;
- 2) A consulta foi realizada no dia 26 de março de 2025, resultando num total de 283 registros. A consulta parametrizada exportada apresenta os seguintes campos: instituição, grupo, data de criação do grupo, líder, 2º líder, área predominante.
- 3) Consulta à identificação de cada grupo, individualmente, para coleta das informações: ano de formação, líder, endereço para fins de verificar a região do país, área predominante.
- 4) Os dados dos Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental foram disponibilizados em planilha Excel para posterior análise.

³ O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP) pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: <https://www.lattes.cnpq.br/web/dgp>

Análise dos dados e resultados

Antes de incluir os dados dos Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental na planilha Excel foi necessário realizar uma checagem das informações disponibilizadas no DGP/CNPq pois foi verificado que haviam informações incoerentes. Com isso os autores acessaram o espelho dos Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental cadastrados para confirmação das informações sobre ano de formação, Instituição de origem, nome dos líderes e título do Grupo de Pesquisa. O *corpus* de análise desta pesquisa são os 283 Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental cadastrados e disponibilizadas no DGP/CNPq.

Gráfico 5 - Número de registros de grupos por ano



Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

O gráfico 5 apresenta os 10 primeiros Grupos de Pesquisa criados, e como se pode observar em 1982 foram criados os dois primeiros Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental, 1 na Universidade Federal do Rio Grande – FURG e outro na Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Em relação ao surgimento de tais grupos, o interesse dos pesquisadores na

Educação Ambiental pode estar relacionado à promulgação da lei 6.938/1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, que traz em seu artigo 2º, como um de seus princípios “X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (Brasil, 1981).

Somente após 10 anos os professores Luiz Marcelo de Carvalho e Rosa Maria Feiteiro Cavallari da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP Rio Claro criam o Grupo de Pesquisa “A Temática Ambiental e o Processo Educativo”.

Quadro 1 – Primeiros Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental criados no Brasil

Grupo de Pesquisa	Líderes	IES	Área	Ano
Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Educação Ambiental no contexto amazônico	Clarides Henrich de Barba e Josenir Lopes Dettoni	UNIR	Educação	1982
CEAMECIM - Comunidades Aprendentes em Educação Ambiental, Ciências e Matemática	Charles dos Santos Guidotti e Fernanda Sauzem Wesendonk	FURG	Educação	1982
A Temática Ambiental e o Processo Educativo	Luiz Marcelo de Carvalho e Rosa Maria Feiteiro Cavallari	UNESP Rio Claro	Educação	1992
Grupo de Estudos Ambientais (GEA-UERJ)	Vivian Castilho da Costa e Nadja Maria Castilho da Costa	UERJ	Geociências	1995
GEPEA - Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental	Rodolfo Antônio de Figueiredo e Liane Biehl Printes	UFSCAR	Educação	1995
Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte - GPEA	Deborah Luiza Moreira Santana Santos e Regina Aparecida da Silva	UFMT	Educação	1997
Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental	Amadeu José Montagnini Logarezzi	UFSCAR	Educação	1998
Educação e Formação de Educadores	Ademir José Rosso	UEPG	Educação	1999
Grupo de Pesquisa em Ensino de Ciências e Educação Ambiental - GPECEA	Andréa Martins Cantanhede	UFMA	Biologia	1999

Núcleo Interdisciplinar em Educação Ambiental e Meio Ambiente - NIEAMA	Patricia Carla Giloni de Lima e Denny William da Silva	UNICENTRO	Educação	1999
--	--	-----------	----------	------

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

O constante crescimento, apesar de pequeno, na criação de Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental a partir de 1997 pode estar ligado a duas políticas públicas na área: a inclusão da temática Meio Ambiente e Saúde nos Parâmetros Curriculares Nacionais e a criação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nº 9.795/1999.

Coroando o término da década de 1990, o governo brasileiro elevou o patamar do país no panorama mundial com a criação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), a primeira na América Latina. A PNEA “foi o marco legal que determinou a inclusão da educação ambiental nas políticas educacionais do MEC” (Brasil, 2002, p. 05).

Em seu artigo 1º, a PNEA estabelece que educação ambiental são “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.” (Brasil, 1999) A PNEA foi regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002 (Brasil, 2002).

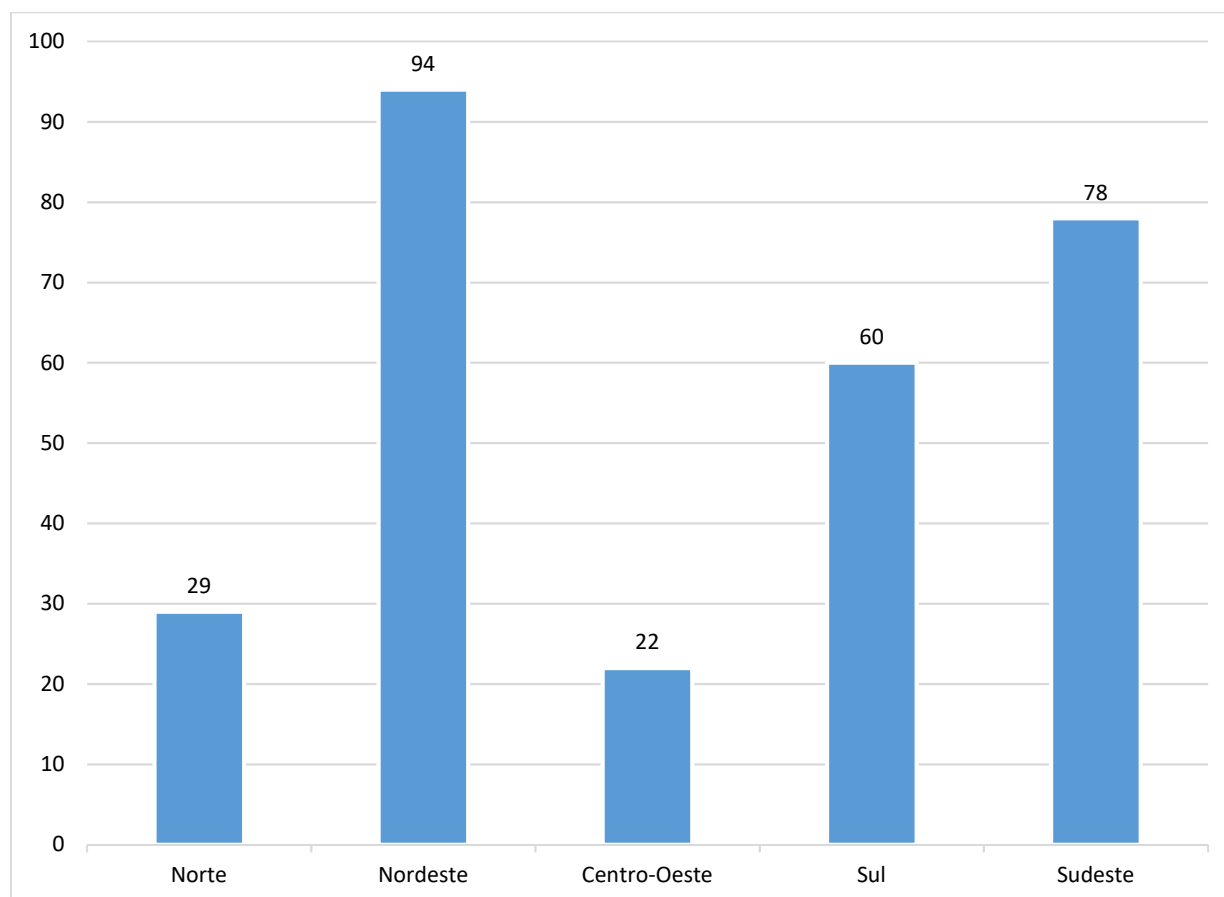
Outro acontecimento importante ocorre no ano de 2012, em que foi publicada em 15 de junho de 2012 pelo Conselho Nacional da Educação (CNE) a Resolução 2 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental – DCNEA (Brasil, 2012). Neste sentido, no contexto legal, 2012 foi um ano significativo para a educação ambiental, com a aprovação da Resolução nº 02, de 15 de junho 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), iniciativa comemorada pelos que militavam em Educação Ambiental no interior das instituições públicas e privadas de ensino e de pesquisa, ONG’s e movimentos sociais.

Entre os anos de 2008 e 2018 a criação de novos Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental se manteve estável, variando entre 10 e 17 grupos ao ano, muito provavelmente pela implementação de políticas públicas voltadas ao ensino da educação ambiental e sua inserção no âmbito escolar.

Entretanto, foi no período compreendido entre os anos de 2019 e 2023 que se constata um crescimento significativo na criação dos Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental, muito provavelmente impulsionados pela aprovação da Base Nacional Comum Curricular.

A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no ano de 2018, provocou calorosos debates por parte de educadores, pesquisadores e militantes que questionavam a perda de espaço da educação ambiental no currículo da Educação Básica (Piccinini; Andrade, 2017). Somavam-se a esse questionamento, as críticas com relação à adoção de uma matriz curricular centralizadora e à homogeneização do complexo processo educacional brasileiro, negligenciando “a experiência dos professores e os currículos em andamento [...]. E a localidade, a diversidade, a negociação de sentidos, a autonomia da escola não aparecem no texto das BNCC.” (Galiazzi, 2018, p.4)

Gráfico 6 - Número de Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental por Região do País



Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

A informação do gráfico 6 é importante pois apresenta dados que diferem de outras pesquisas da área. No que diz respeito à região em que os Grupos de Pesquisa estão localizados, a região Nordeste possui 33,21% do total dos Grupos, seguido da região Sudeste (27,56%) e Sul (21,20%). Essa é uma informação que difere de diversas pesquisas da área de Educação em Ciências e Educação Ambiental que indicam que a concentração de Programas de Pós-Graduação, das pesquisas defendidas (dissertações e teses) e consequentemente da atuação dos pesquisadores se concentra no eixo Sul-Sudeste, com a região Nordeste em terceiro lugar. (Lemgruber, 1999; Nardi, 2007; Lorenzetti, 2008; Teixeira, 2009; Rink e Megid Neto, 2009 e 2011; Salem, 2012; Nardi e Gonçalves, 2014; Rink, 2014; Dias, 2015; Francisco; Alexandrino; Queiroz, 2015; Teixeira; Megid Neto, 2017; Campos, 2019; Silva, 2021 e Shigunov Neto, 2022 e 2024). Outro dado relevante é o fato da região Norte (10,25%) possuir mais Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental do que a região Centro-Oeste (7,78%).

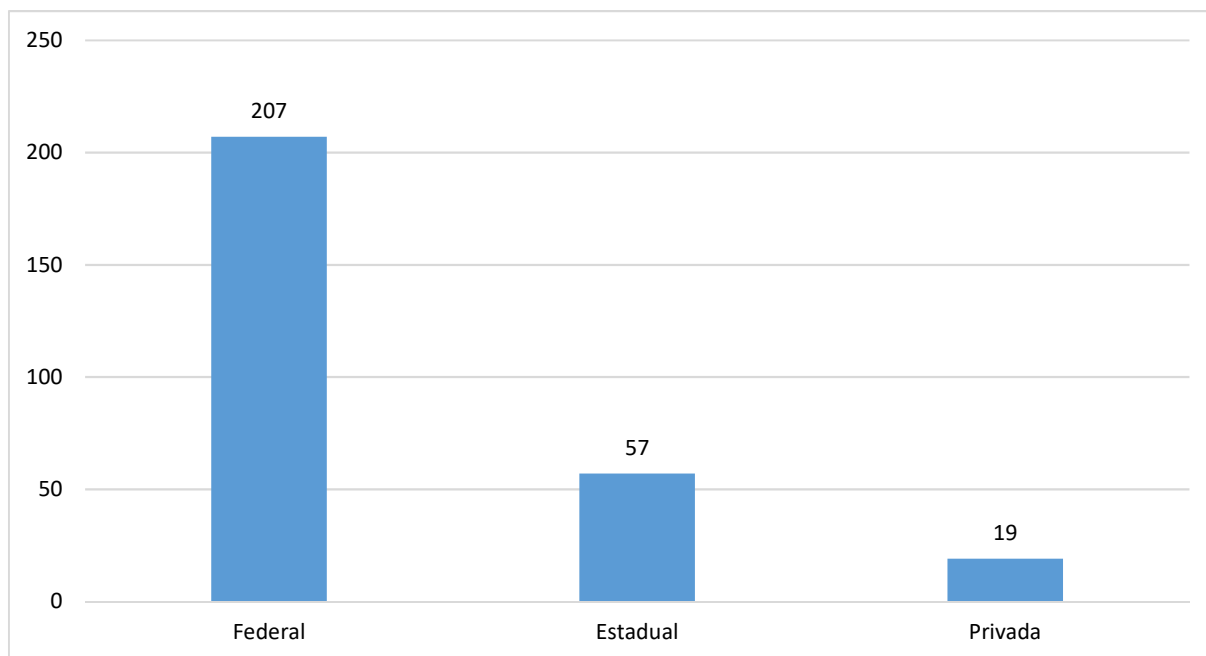
Quadro 2 – Instituições com mais de um Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental e região do País

Instituição de Ensino Superior (IES)	Quantidade	Região
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP	8	Sudeste
Universidade Federal do Rio Grande – FURG	8	Sul
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR	7	Sul
Universidade Federal da Paraíba – UFPB	6	Nordeste
Universidade do Estado da Bahia – UNEB	5	Nordeste
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	5	Centro-Oeste
Universidade Federal de Sergipe – UFS	5	Nordeste
Universidade Federal do Maranhão – UFMA	5	Nordeste
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE	5	Nordeste
Universidade Federal do Piauí – UFPI	5	Nordeste
Universidade Federal de Pelotas – UFPEL	4	Sul
Universidade Federal de Rondônia – UNIR	4	Norte
Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR	4	Sudeste
Universidade Federal de Uberlândia – UFU	4	Sudeste
Universidade Federal do Pará – UFPA	4	Norte
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA	4	Norte
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM	4	Sudeste
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ	4	Sudeste
Universidade de Pernambuco – UPE	4	Nordeste
Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO	4	Sul

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

O quadro 2 apresenta as IES com maior quantidade de Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental, a UNESP com suas 34 unidades espalhadas pelo Estado de São Paulo, juntamente com a FURG possuem 8 Grupos de Pesquisa cada. Entre as 20 IES com mais Grupos de Pesquisa 7 estão na região Nordeste e 5 na região Sudeste, corroborando com os dados obtidos no gráfico 6. Vale frisar que 16 dessas IES são federais e 4 são estaduais.

Gráfico 7 – Dependência administrativa dos Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental

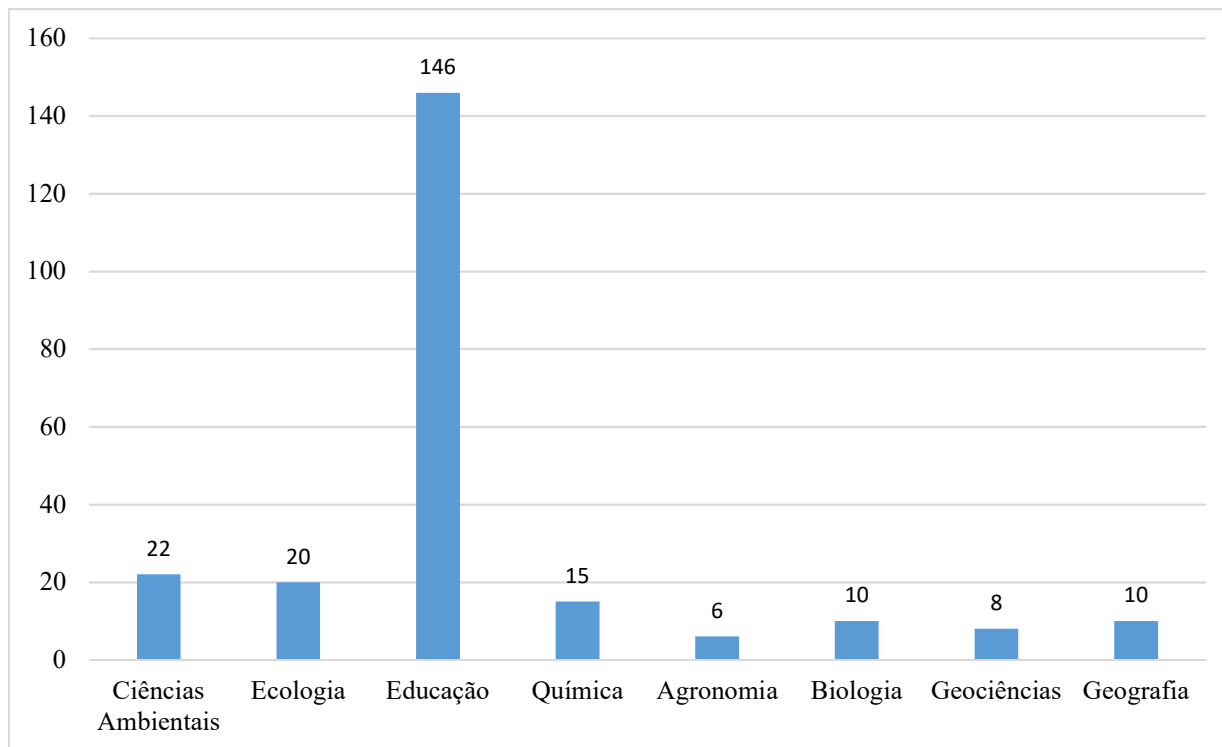


Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Pelo gráfico 7 é possível verificar que as IES públicas (federal e estadual) respondem 93,29% do total dos Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental. As IES privadas estão localizadas principalmente na região Sudeste e Sul. Dado significativo é a quantidade de Grupos de Pesquisa criados nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que foram concebidos pelo Projeto de Lei nº 3.775/2008, são aproximadamente 20% do total de grupos.



Gráfico 7 - Área predominante dos Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental



Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Esses dados refletem o que foi trazido anteriormente a respeito do censo 2023 obtido no Painel Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), onde do total de 42.852 Grupos de Pesquisa cadastrados no Brasil, 10.184 grupos são da área de Ciências Humanas. Ao levar em consideração que grande parte dos pesquisadores da área de Educação Ambiental são originários, principalmente, das áreas de Educação, Ensino e Biologia, justifica-se uma maior concentração de grupos tendo as Ciências Humanas como área predominante.

Esse achado corrobora com o encontrado no estudo de Fachina e Andrade (2022) sobre o perfil dos pesquisadores brasileiros em Educação Ambiental:

Nossos dados apontam que a produção científica em EA se manifesta por perfis variados de pesquisadores em EA, mas com predominância do pesquisador atuante no campo das Ciências Humanas, uma área interdisciplinar em sua formação, sendo composta, majoritariamente, por educadores.[...] (Fachina e Andrade, 2022, p. 4)

Para Fachina e Andrade (2022, p. 4), ainda:

Esse resultado reforça a EA como dimensão da educação e sua interface com a interdisciplinaridade, principalmente pela pertinência significativa da natureza da pesquisa em EA nas Ciências Humanas, que considera a correlação entre ambiente, sociedade e ser humano em sua completude. (Fachina e Andrade, 2022, p. 4)

Neste sentido, reforça a relação da Educação Ambiental com a interdisciplinaridade. Além disso, embora majoritariamente presente na Área de Ciências Humanas, constata-se que a Educação Ambiental também se faz presente em outras áreas, destacando sua importância e construindo espaços de discussão no ambiente acadêmico.

Considerações finais

Ao concluir esse diagnóstico acreditamos que conseguimos alcançar o objetivo principal da pesquisa, que era apresentar o mapeamento dos grupos de pesquisa em Educação Ambiental constantes no Diretório do Grupo dos Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Identificamos 283 Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental ao exportar o resultado de pesquisa no Diretório do Grupo dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), busca exata, consulta por grupo, aplicar a busca nos campos nome do grupo, situação certificado. Sendo que os 2 primeiros Grupos de Pesquisa foram criados em 1982.

Pudemos constatar que a região Sudeste é a que apresenta maior número de Grupos de Pesquisa no país, acompanhada da região Nordeste. Em relação aos Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental, a região Nordeste ocupa a primeira posição, seguida da região Sudeste e Sul, respectivamente. Essa constatação pode ser objeto de pesquisa de outros pesquisadores que desejem aprofundar a respeito do assunto, pois os dados diferem de outras pesquisas da área de Educação em Ciências e Educação Ambiental.

Em relação às instituições de pesquisa que apresentam mais de um grupo de pesquisa em Educação Ambiental, foram identificadas vinte instituições, sendo todas públicas, 16 federais e 4 estaduais. Fato a destacar é a participação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com 20% do total de Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental.

Quanto à área predominante dos grupos de pesquisa ser as Ciências Humanas, justifica-se ao levar em consideração que grande parte dos pesquisadores da área de Educação Ambiental são originários, principalmente, das áreas de Educação, Ensino e Biologia.

O panorama dos Grupos de Pesquisa em Educação Ambiental apresentado neste trabalho não objetivou esgotar a temática, mas teve a intenção de evidenciar a Educação Ambiental como um campo fértil para futuras pesquisas, que podem ampliar as discussões aqui iniciadas sob novas perspectivas ou explorando aspectos ainda pouco investigados na Educação Ambiental.

Referências

ANDRÉ, M. E. D. A. Grupos de pesquisa: formação ou burocratização?. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 23, 2007. Disponível em: <<https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/176>>. Acesso em: 22 abr. 2025.

BIANCHETTI, L. Grupos de pesquisa e formação de orientadores: tributo à Marli André (in memoriam). **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, Salvador, v. 6, n. 17, p. 181–190, 2021. DOI: 10.31892/rbpab2525-426X.2021.v6.n17.p181-190. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/11910>>. Acesso em: 22 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto 4.281 de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em 16 de abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, p. 13955, 2 set. 1981. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação – CNE. **Resolução n. 2 de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília: MEC/CNE, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf>. Acesso em 28 mar. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei 9.795/99. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF : Senado Federal 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em 28 mar. 2025.

CACHAPUZ, A. F. Do sentido actual da pesquisa em formação de professores de ciências. In: Encontro de Pesquisa em Educação em Ciências, IV, Bauru, 2003. **Atas...**, CDROM, 2003.

CAMPOS, Daniela Bertolucci de. **Projetos de educação ambiental em contextos educacionais não escolares**: uma análise a partir de teses e dissertações. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Diretórios dos Grupos de Pesquisa no Brasil – Lattes. O que é**. Brasília: CNPq, 2025a. Disponível em: < <https://www.lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-e/> >. Acesso em 25 mar. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Perguntas frequentes**. Brasília: CNPq, Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/diretorioc/html/faq.html#3>>. Acesso em: 22 abr. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **CNPq. FAQ. Q2. Para que serve o diretório?** Brasília, CNPq, 2017. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/faq?p_p_id=54_INSTANCE_39Zlb9kA3d0e&_54_INSTANCE_39Zlb9kA3d0e_struts_action=%2Fwiki_display%2Fview&_54_INSTANCE_39Zlb9kA3d0e_nodeName=Main&_54_INSTANCE_39Zlb9kA3d0e_title=Quest%C3%B5es+Gerais>. Acesso em 27 abr. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Dados Censo 2023**. Brasília, CNPq, 2024. <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYTg4MGFmNWQtMjQ4Yi00ZmFhLTgzMmMtMDFiMmI3YzFmNmEwliwidCI6IjkyYzBjZmE5LTdlOTEtNGVhZC1hYzI5LWNkNDRhMjM4OWIwMSJ9&pageName=ReportSectionaf31612e05234cb0b779>

DEGN, L., FRANSENN, T., SORENSEN, M. P., & RIJCKE, S. Research groups as communities of practice: A case study of four high-performing research groups. **High Education**, 76, 231-246. 2018. <<https://doi.org/10.1007/s10734-017-0205-2>>

DIAS, Carolina Mandarinini. **Práticas pedagógicas de educação ambiental em áreas protegidas**: um estudo a partir de dissertações e teses (1981-2009). Tese (Doutorado Ensino de Ciências e Matemática), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

FACHINA, S.; ANDRADE, T. H. N. O perfil dos pesquisadores brasileiros em Educação Ambiental. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 27, n. 1, p. 1–25, 2022. DOI: 10.14295/ambeduc.v27i1.13782. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/13782>>. Acesso em: 01 abr. 2025.

FELDMAN, A., DIVOLL, K. A., & ROGAN-KLYVE, A. Becoming researchers: The participation of undergraduate and graduate students in scientific research groups. **Science Education**, 97(2), 218-243. 2013. <<https://doi.org/10.1002/sce.21051>>

- FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/?format=pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2025.
- FRANCISCO, C. A., ALEXANDRINO, D. M., e QUEIROZ, S. L. Análise de dissertações e teses sobre o ensino de química no Brasil: produção científica de programas de pós-graduação em destaque. **Investigações em Ensino de Ciências**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 21-60.2015.
- GALIAZZI, Maria do Carmo. (Des) necessária Base Nacional Curricular Comum – BNCC?. In: **IV Congresso Internacional de Ensino das Ciências**. Congresso online de pesquisa em Ensino de Ciências. 11 a 14 de jun.2018.
- GATTI, B. A.. Formação de grupos e redes de intercâmbio em pesquisa educacional: dialogia e qualidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 124–132, set. 2005. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XgnqcgDkJZ8jc4BVfBpDYvt/>>. Acesso em: 22 abr. 2025.
- HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, abr. 2006.
- IMBERNÓN, F.; SHIGUNOV NETO, A.; SILVA, A. C. da. Reflexiones sobre el conocimiento en la formación de docentes en comunidades de práctica. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madri, v. 82, n. 1, p. 161–172, 2020. DOI: 10.35362/rie8213663. Disponível em: <<https://rieoei.org/RIE/article/view/3663>>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- LEMGRUBER, M. S. **A Educação em Ciências Físicas e Biológicas a partir das teses e dissertações (1981 a 1995)**: uma história de sua história. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- LORENZETTI, L. **Estilos de pensamento em Educação Ambiental**: uma análise a partir das dissertações e teses. 2008. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.
- MAINARDES, J. Grupos de pesquisa em educação como objeto de estudo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, p. e08532, 2022. Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/8532>>. Acesso em: 08 abr. 2025.
- MAINARDES, J. Grupos de Pesquisa da área de Educação no Brasil: revisão de literatura. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 65, 28 out. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/21571>>. Acesso em 25 abr. 2025.
- MARTINS, Carlos Benedito. As origens da pós-graduação nacional (1960-1980). **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, p. 9-26, 2018.

MARTINS, R.C.R. “A pós-graduação no Brasil: uma análise do período 1970-90”. **Educação Brasileira**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 93-119, 1991.

MARTINS, Ricardo. **A pós-graduação no Brasil**: situação e perspectivas. Núcleo de Estudos sobre o Ensino Superior da Universidade de Brasília. Brasília: Nesub, 1999.

MEGID NETO, Jorge. **Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Ciências no nível fundamental**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

MEGID NETO, Jorge. Três décadas de pesquisas em Educação em Ciências: tendências de teses e dissertações (1972-2003). In: NARDI, R. (Org.) **A pesquisa em Ensino de Ciências no Brasil: alguns recortes**. São Paulo: Escrituras, 2007. p. 341-354.

MEGID NETO, J.; CARVALHO, L. M. Pesquisas de Estado da Arte: fundamentos, características e percursos metodológicos. In: DURÁN, M. L. E. (Org.) **Construcción de problemas de investigación**: diálogos entre El interior y el exterior. Colômbia, Editora da Universidade Pontificia Bolivariana, 2018. p. 97-113.

NARDI, Roberto. (Org.) **A pesquisa em ensino de Ciências no Brasil**: alguns recortes. São Paulo: Escrituras, 2007.

NARDI, Roberto e GONÇALVES, Terezinha Valim Oliver. **A Pós-graduação em ensino de Ciências e Matemática no Brasil**: memórias, programas e consolidação da pesquisa na área. São Paulo: Livraria da Física, 2014.

PICCININI, Cláudia Lino; ANDRADE, Maria Carolina Pires de. O ensino de Ciências da Natureza nas versões da Base Nacional Comum Curricular, mudanças, disputas e ofensiva liberal-conservadora. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 34–50, 2018. DOI: 10.46667/renbio.v11i2.124. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/124>. Acesso em: 13 maio. 2025.

PUCCI, B. O grupo de pesquisa como espaço-tempo de parcerias, de produção científica e de formação humana: UFSCar – 1987-1990. **Comunicações**, Piracicaba, 18(1), 41-51. 2011. v18 n1 p 41-52

RINK, Juliana. **Ambientalização curricular na Educação Superior**: tendências reveladas pela pesquisa acadêmica brasileira (1987-2009). Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2014.

RINK, Juliana; MEGID NETO, Jorge. Tendências dos artigos apresentados nos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 235-263, 2009.

RINK, J.; MEGID NETO, J. Tendências dos artigos apresentados nos encontros de pesquisa em educação ambiental (EPEA). IN: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6., 2011, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: USP, 2011. 1 CD-ROM

ROBL, F.; MENEGHEL, S. M. Produção acadêmica em grupos de pesquisa em educação – o perfil dos GPs do Sistema ACADE/SC. In: ALMEIDA, H.C.T. (Org.) (*et al*). **Desafios da educação neste século: pesquisa e formação de professores**. Cruz Alta: UNICRUZ, v.2, 2003. p. 262-271.

ROMANOWSKI, J.P; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em Educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176>>. Acesso em 27 mar. 2025.

SALEM, Sonia; Perfil, **Evolução e perspectivas da pesquisa em Ensino de Física no Brasil**. Tese (Doutorado em Física), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SÁNCHEZ GAMBOA, S.. Grupos de pesquisa: limites e possibilidades na construção de novas condições para a produção do conhecimento. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 36, p. 268–290, 2011. DOI: 10.5007/2175-8042.2011v23n36p268. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2011v23n36p268>>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SANTOS, Cassio Miranda dos. **Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília. 2000

SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1986.

SHIGUNOV NETO, A. Concepção, institucionalização e desenvolvimento da pós-graduação brasileira: um processo histórico de sete décadas (1951-2011). **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, p. 1–33, 2025. DOI: 10.21713/rbpg.v20i41.2178. Disponível em: <<https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/2178>>. Acesso em: 8 abr. 2025.

SHIGUNOV NETO, Alexandre. Breve análise da pesquisa em Educação em Ciências no contexto da Pós-Graduação brasileira: cinco décadas de uma história recente (1972-2018). **Revista Internacional de Pesquisa em Didática das Ciências e Matemática**, Itapetininga, p. e024012, 2024. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/revin/article/view/1862>>.

SHIGUNOV NETO, Alexandre. **Gênese e desenvolvimento das pesquisas em Educação em Ciências nos programas de pós-graduação da área de Ensino da CAPES: estudo da produção e do perfil profissional e acadêmico**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; TREVISOL, Márcio Giusti; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. Da institucionalização do Sistema de Pós-graduação ao Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020): desafios e perspectivas. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 21, n. 71, p. 1989-2015, out. 2021. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2021000401989&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 jun. 2025. Epub 26-Jan-2022. <<https://doi.org/10.7213/1981-416x.21.071.ao07>>.

SILVA, Osmair Benedito da. **Mapeamento da pesquisa no campo da formação de professores de química no Brasil (2000-2010)**. Tese (Doutorado em Ciências), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

SILVA, Dayane dos Santos. **Ambientalização nas Instituições de Ensino Superior: um estudo sobre teses e dissertações em Educação Ambiental no Brasil (1981-2018)**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2021.

SILVA, H. de F. N. **Criação e compartilhamento de conhecimento em comunidades de prática: uma proposta metodológica**. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção), UFSC, Florianópolis, 2004.

SLONGO, I. I. P.; DELIZOICOV, D. Um panorama da produção acadêmica em Ensino de Biologia desenvolvida em programas nacionais de pós-graduação. **Investigações em Ensino de Ciências**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 323-341, 2006.

TEIXEIRA, P. M. M.; MEGID NETO, J. O Estado da Arte da pesquisa em Ensino de Biologia no Brasil: um panorama baseado na análise de dissertações e teses. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, Vigo, v. 11, n. 2, p. 521-549, 2017.

TEIXEIRA, Paulo Marcelo Marini. **Pesquisa em ensino de Biologia no Brasil (1972-2004): um estudo baseado em dissertações e teses**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

TEIXEIRA, P. M. M.; MEGID NETO, J. Investigando a pesquisa educacional. Um estudo enfocando dissertações e teses sobre o ensino de Biologia no Brasil. **Investigações em Ensino de Ciências**, Porto Alegre, 11(2), 261-282, 2006

VALENTIM, M. Instrumentos integradores do ensino, pesquisa e extensão: o caso dos grupos de pesquisa. In: **Revista F@ro: Revista Teórica Del Departamento de Ciencias de la Comunicacion e de la Información**, Valparaíso (Chile), ano 8, n. 5, p. 1-8, 2007. Recebido em 14 de fevereiro de 2014. Aprovado para publicação em 28 de março de 2015. www.revistaedugeo.com.br

VINHA, J. F. de S. C. A PESQUISA E A UNIVERSIDADE NO BRASIL: organização e institucionalização dos grupos de pesquisa em Geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 5, n. 9, p. 29-55, 2015. Disponível em: <<https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/173>>. Acesso em: 16 abr. 2025.